

ESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO	
Equilíbrio Territorial	Controlar e inverter a tendência de concentração dos factores de produção nos aglomerados mais importantes, tendência que tem sido reforçada pela melhoria das acessibilidades, e que pode desencadear deseconomias de aglomeração (desemprego, escassez de oportunidades de negócio, congestionamento urbano, pressão habitacional e aumento da marginalidade) Criar instrumentos que promovam o desenvolvimento local e desconcentração funcional. <u>Dois níveis de intervenção articulada:</u> a) Macro – carácter negocial – criação de instrumentos políticos e institucionais que neutralizem as desvantagens da Região face ao espaço Nacional e Comunitário para um tratamento diferenciado quanto á aplicação de políticas sectoriais, nacionais e comunitárias: – transportes (aéreo e marítimo) e comunicações – melhor integração territorial no espaço nacional e comunitário; – política fiscal – incentivar crescimento económico e fixação da população; – política comercial e monetária - condições de igualdade concorrencial; – regime de crédito mais favorável. b) Micro – dirigidas para o interior da região – instrumentos de carácter operativo que permitam a desconcentração dos factores produtivos e melhorem a sua redistribuição e circulação em todo o espaço regional por via de uma diferenciação espacial de incentivos, em função das dificuldades estruturais das diferentes comunidades locais: – aumentar a mobilidade do trabalho; – dispersar a oferta e qualificar a procura.
SISTEMAS DE ARTICULAÇÃO DO TERRITÓRIO	
Sistema Urbano e Desenvolvimento das Estruturas Funcionais	<u>Rede Urbana Regional proposta:</u> – Centro Regional – Ponta Delgada; – Centros Sub-regionais: nível 1 – Angra do Heroísmo; nível 2 – Horta; nível 3 – Santa Cruz das Flores. <u>Rede Urbana da Ilha de S. Miguel proposta:</u> – Centro Superior – Ponta Delgada; – Centro Intermédio – Ribeira Grande; – Centros Básicos de nível I – Lagoa, Vila Franca do Campo e Povoação; – Centro Básico de nível II – Nordeste; – Centros com funções Básicas – Capelas, Rabo de Peixe, Maia, Água de Pau, Porto da Garça e Furnas. <u>Linhas de Intervenção:</u> a) Melhoria da acessibilidade (tempo, custo, qualidade e regularidade) para uma melhor articulação entre os diferentes centros urbanos e para o exterior – mobilidade do sistema urbano; b) Consolidação do Centro Regional e dos outros centros para melhor integração no sistema urbano nacional; c) Reforço das estruturas de ofertas de bens e serviços e equipamentos nos Centros com funções básicas e do potencial de desenvolvimento (agricultura, pesca ou turismo), desconcentração das funções dos centros de nível superior para estes centros, realização de planos de urbanização; d) Planos e desenvolvimento de funções urbanas não-residenciais para aglomerados com potencial urbano (mais de 1000 habitantes e , menos de 25% da população afecta ao sector primário, dinâmica populacional positiva) que assentam sobretudo na função residencial (foram identificados 2 no Concelho de Ponta Delgada – Feteiras e S. Vicente), e) Nos aglomerados rurais – reestruturação com dotação de infra-estruturas e equipamentos, controlo da pressão sobre solo agrícola, adaptação das estruturas socio-económicas em função do potencial endógeno, melhoria da qualidade de vida da população local e preservação da sua identidade cultural e da qualidade ambiental. f) Em Ponta Delgada (principal pólo político-administrativo, maior parte do poder económico e financeiro, indústria e serviços, maior pólo empregador) não se pretende uma maior concentração de funções, mas intervir no sentido de melhorar a prestação de serviços de nível superior descongestionando o núcleo central nomeadamente no que concerne aos bens e serviços de carácter básico, transferindo-os para aglomerados periféricos Lagoa e Ribeira Grande e zona de potencial concentração polinuclear (Capelas e Feteiras)

SISTEMAS DE ARTICULAÇÃO DO TERRITÓRIO	
Sistema de Acessibilidades	Rede Viária: a) Rede Estruturante: melhorar a ligação a todos os aglomerados populacionais e com as principais infra-estruturas portuárias e aeroportuárias – vias rápidas, variantes ou circulares; b) Rede Secundária ou Complementar: itinerário complementar conectando alguns aglomerados e áreas industriais, agrícolas e turísticas mais importantes; c) Reabilitação, correcção de anomalias e valorização dos aspectos cénicos. Rede Portuária: a) Melhorar as condições de operacionalidade e de competitividade (qualidade e redução de custos) de forma a integrar os portos de Ponta Delgada e Praia da Vitória como infra-estruturas portuárias de interesse europeu; b) Uniformização dos custos de operação em todos os portos do Arquipélago; c) Construção do Porto de pesca em Ponta Delgada; d) Reforçar cais de acostagem e infra-estruturas de apoio em terra de alguns portos. Rede Aeroportuária <u>Hierarquia proposta:</u> – Aeroportos internacionais – Sta Maria, São Miguel e Terceira; – Aeroporto de tráfego territorial – Faial; – Aeroporto e Aeródromos de interesse regional – Flores, Pico, S.Jorge, Graciosa e Corvo. <u>Intervenções:</u> a) Modernização do equipamento de apoio à navegação aérea – Ponta Delgada e Horta; b) Melhoria das condições das pistas – Pico, S.Jorge, Flores, Corvo; c) Remodelação das aerogares – Lajes, Horta, Graciosa, Pico, S.Jorge e Flores. Telecomunicações: a) Aumentar a cobertura da rede digital de telecomunicações e harmonizar as tarifas entre as ilhas; b) Utilização de fibra óptica; c) Redução das taxas de utilização; d) Garantir redes alternativas de telecomunicações tendo em conta a sismicidade da região.
Tipologia de Áreas Turísticas	Áreas tipo I – centros de recpção/distribuição – Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta – oferta de alojamento e restauração e serviços diversos, hotelaria clássica, instalações para congressos/reuniões, marinas, campos de jogos, equipamentos de apoio às actividades náuticas, eventos culturais e desportivos, comércio de artesanato. Áreas tipo II - sedes de concelho – alojamento, restauração e serviços, hotelaria de pequena dimensão e meios complementares de alojamento turístico, equipamentos de desporto e actividades náuticas. Áreas tipo III – áreas de atracção turística específica – Ponta Delgada – golfe – hotelaria de grande qualidade, comércio. Áreas tipo IV – áreas com interesse patrimonial, ambiental, paisagístico – equipamentos de apoio ao lazer.

SISTEMA PRODUTIVO

Gestão Urbana

Rede Urbana – Linhas de Intervenção:

- Requalificação dos tecidos construídos, tendo em conta a sua reabilitação física, social e económica;
- Reforço da identidade;
- Criação de espaços verdes garantindo uma função estruturante, ecológica e de lazer;
- Garantir oferta habitacional a todos os estratos populacionais, recuperação do parque existente;
- Valorizar e qualificar o comércio e serviços, reconverter áreas industriais e de armazenagem;
- Realizar planos de circulação viária, prevenção da poluição sonora e visual.

Equipamentos:

- Colmatar carências;
- Criação de equipamentos multifuncionais em áreas menos povoadas – assistência social/desporto/cultura e lazer;
- Reforço das valências médicas e unidades assistenciais nos três centros regionais;
- Modernização dos postos e centros de saúde e incentivar a fixação de técnicos de saúde;
- Alargamento da oferta no ensino pré-escolar, reestruturar a rede de 1º ciclo (equipamentos e transportes escolares);
- Qualificação geral das unidades de ensino.

Ensino:

- Identificação das causas do abandono escolar, promoção de projectos que favoreçam uma cultura de escolaridade básica prolongada;
- Promoção e consolidação de escolas profissionais – em áreas como Património, animação cultural, artes e ofícios e animação social;
- Reforço e diversificação do ensino politécnico, nomeadamente turismo;
- Incentivar a investigação científica: oceanografia, sismologia, vulcanologia, geotermia, climatologia, astronomia.

Saneamento Básico e RSU:

- Garantir o abastecimento de água quer em quantidade quer em qualidade a todos os aglomerados – renovação da rede plano director de exploração e distribuição;
- Instalação de redes de descarga de águas residuais e estações de tratamento em aglomerados com alguma dimensão, sendo os casos de aglomerados lineares ou núcleos pouco densos resolvidos com soluções autónomas;
- Avaliação do impacte das descargas nas linhas de água, lagoas e mares – ETAR's, emissários submarinos;
- Substituição das lixeiras por aterros sanitários e reciclagem privilegiando-se os projectos intermunicipais;
- Equacionar a criação de centrais de incineração para resíduos tóxicos ou perigosos, hospitalares e provenientes de matadouros;
- Definição de áreas para a deposição e compactação das sucatas.

SISTEMA PRODUTIVO	
Agricultura	<u>Objectivos:</u> - garantir o desenvolvimento agrícola e rural equilibrado em cada ilha; - reforçar a capacidade de competição dos sistemas agrícolas; - desenvolver acções de complementaridade da actividade e do rendimento; - reforçar a capacidade competitiva dos sectores de transformação e comercialização. <u>Medidas:</u> - Ordenamento Agrário – ajustamento físico-estrutural para melhorar a produtividade sem por em risco o património cultural, paisagístico e ambiental (emparcelamento, melhoria das acessibilidades, do sistema de abastecimento de água, da rede eléctrica para permitir ordenhas fixas e instalação de frio (Perímetros de Ordenamento Agrário)); - Produção Agrícola e Pecuária – maximização das vantagens comparativas da agricultura e reforço da qualidade e competitividade dos produtos (incentivos à modernização, diversificação das actividades, melhoria das condições de higiene das explorações pecuárias e protecção e melhoria do meio ambiente; apoios aos rendimentos (III QCA e medidas da PAC); investigação, experimentação e demonstração; formação, organização e divulgação para reforço da capacidade organizativa das empresas); - Acção Florestas - fomento da actividade silvícola e ordenamento florestal público e privado (recuperação de áreas florestais degradadas e desenvolvimento do turismo de natureza); - Transformação e Comercialização - criação de novos matadouros, racionalização, conservação, tratamento e transformação dos produtos, reorganização empresarial, promoção dos produtos regionais.
Pescas	Com o objectivo de desenvolver o sector em equilíbrio com a capacidade de gestão e conservação dos recursos, propõem-se: - Investigação dos recursos marinhos e da fiscalização; - Desenvolvimento da aquacultura; - Protecção e desenvolvimento dos recursos haliêuticos das zonas marinhas costeiras (criação de recifes artificiais); - Aumento da exploração na ZEE especialmente nos grandes pelágios migradores; - Aumento e modernização da frota costeira e diminuição da frota local; - Manutenção ou diminuição do número de activos, reconversão da pesca local para a pesca costeira; - Formação profissional; - Melhoria das estruturas de apoio à pesca local numa perspectiva de custo/benefício social; - Aumento substancial da capacidade de congelação e conservação do pescado e da qualidade das estruturas de primeira venda; - Promoção dos produtos da pesca no mercado interno e externo.
Comércio	<u>Linhas de Intervenção:</u> – Adopção de medidas que estabeleçam uma relação de complementaridade entre as grandes superfícies comerciais e o comércio tradicional, qualificação das pequenas empresas comerciais (condições atractivas de acesso ao crédito para a modernização e prestação de serviços de alta qualidade – novas tecnologias de informação, capacidade de organização e gestão, qualificação dos recursos humanos, cooperação entre pequenas empresas); – Apoios ao comércio em área rural (associações ou cooperativas); – Apoio ao artesanato – preservação da história e da cultura e criação de emprego; – Fomentar o comércio inter-ilhas pela criação de mecanismos que minimizem o efeito negativos dos custos de transporte; – Estratégias de promoção exterior de produtos regionais – estudos de prospecção de mercados, campanhas de marketing, criação de serviços comerciais no exterior, melhores circuitos de distribuição e qualidade de apresentação.

SISTEMA PRODUTIVO

Turismo	<u>Segmentos mais adequados identificados:</u> - turismo de natureza - turismo de congressos - turismo científico - desportos náuticos - turismo em espaço rural <u>Linhas de Intervenção:</u> - Articular o turismo em espaço rural com políticas de desenvolvimento da agricultura e de defesa e promoção da cultura tradicional, artes, produtos, festas e património construído e natural - Tirar partido das potencialidades de cada Ilha, na óptica de complementaridade; - Investimentos em hotelaria clássica nos centros de recepção/distribuição; - Promoção de equipamentos de animação: animação complementar (alimentação, comércio, transportes, actividades desportivas) para prolongamento da estadia e animação como motivação da viagem (congressos, golfe...); - Conjugação das acções entre os vários agentes do sector público, em particular autarquias, e o sector privado; - Concentração do esforço financeiro público contra a pulverização.
Indústria	<u>Linhas de Intervenção:</u> - Promoção de economias de aglomeração industrial (maior ligação intersectorial, aumento da competitividade e majoração dos incentivos); - Colaboração entre empresas e universidade e associações industriais para aposta em novas oportunidades de negócio; - Programas de melhoria da qualidade e introdução de novas tecnologias; - Criação de zonas e parques industriais e nomeadamente com um funcionamento de parque tecnológico (investigação, formação/informação, exposições, etc...) infra-estruturados, fomentando a complementaridade industrial e a protecção ambiental; - Deslocalização da indústria para fora dos centros urbanos; - Melhorar acessibilidade aos portos e aeroportos.
Energia	<u>Linhas de Intervenção:</u> - aproveitamento do potencial geotérmico – alargamento da exploração, instalação de centrais de produção e infra-estruturas de transformação e transporte; - privatização progressiva da indústria eléctrica; - melhoria da oferta de energia ao nível da produção, transporte e distribuição; - harmonização do sistema de preços adaptado à procura por ilha; - aproveitamento dos recursos energéticos endógenos – geotérmica, hídrica, eólica, solar, biomassa, energia das ondas; - renovação da rede eléctrica, cobertura das zonas de exploração agrícola.

PROTECÇÃO E VALORIZAÇÃO AMBIENTAL

Ambiente	<u>Objectivo:</u> Protecção e valorização ambiental numa perspectiva de desenvolvimento sustentável, compatibilização de recursos e sua capacidade de regeneração <u>Eixos de intervenção:</u> – criação de instrumento jurídico regional para a preservação e protecção dos recursos naturais de forma integrada e sistémica, definindo níveis de protecção e compatibilidade de usos; – revisão das competências administrativas na área do ambiente para melhor coordenação das acções e gestão equilibrada e eficaz dos recursos; – desenvolver a monitorização ambiental; – elaboração de estudos para definição de limiares de utilização dos recursos naturais, em colaboração com outras regiões; – criar a figura de “agente verde” – formação para a fiscalização, manutenção e levantamento de informação (criação de emprego nas comunidades rurais); – acções de educação e sensibilização; – estudar e inventariar o potencial paisagístico para classificação de conjuntos ou sítios. <u>Ordenamento proposto:</u> – Áreas Naturais Classificadas: Áreas Protegidas, Reservas Florestais, Reservas Cinegéticas, Sítios de Importância Comunitária, Zonas de Protecção Especial e Biótopos (nos Planos Especiais de Ordenamento estudar as seguintes relações ambiente/desenvolvimento económico/fruição turística, recreativa, cultural e educativa); – Zonas Ecologicamente Sensíveis: Zona Costeira, ecossistemas litorais, nascentes e cursos de água, lagoas e suas bacias hidrográficas, e áreas em risco de erosão – POOC; – Rede hidrográfica – limpeza e conservação, delimitação de áreas de proetção às captações, estudo e controlo da poluição, sistema de gestão das águas subterrâneas, delimitação e protecção das principais zonas de recarga de aquíferos e controle da contaminação por intrusão salina, estudo de possíveis novas captações; – Planos Especiais de Ordenamento para as bacias hidrográficas das lagoas para recuperação dos ecossistemas lagunares afectados por processos de eutrofização; – Planos Especiais de Ordenamento das zonas com elevado potencial em recursos geológicos (e recuperação após exploração).
Património Cultural	<u>Política activa de conservação e de inserção na vida contemporânea com vista a:</u> – Preservação de áreas abrangentes; – Abordagem integrada com o planeamento urbano; – Planos de Pormenor dos centros históricos das sedes de Concelho; – Valorização do património em espaço rural – recuperação e conservação de alguns núcleos com características tradicionais e áreas com valor paisagístico e ambiental (moinhos de vento e de água, fajãs, etc...; <u>Algumas Linhas de Intervenção:</u> – divulgação das técnicas construtivas tradicionais; – incentivos para a produção dos materiais de construção tradicional; – acções de sensibilização da população; – definição de percursos culturais temáticos; – criação de rede de sinalização; – animação cultural; – publicações de carácter divulgativo e informativo; – utilização de novas tecnologias de comunicação.